

Assunto: Mutirão do TJPE – Faculdade Estácio do Recife	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção:
Página: B7	Data: 20/05/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

CONCILIAÇÃO

Mutirão do TJPE

O TJPE termina hoje o mutirão para sanar processos envolvendo a empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung. O mutirão acontece na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, na Faculdade Estácio do Recife. Segundo o TJPE, foram selecionados inicialmente 450 processos.

Assunto: Realização de concurso para delegado da Polícia Civil – Agravo no TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A4	Data: 20/05/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

DELEGADOS

PGE busca realização de concurso

A Procuradoria Geral do Estado encaminhou ao Tribunal de Justiça um agravo de instrumento contra a liminar que suspendeu o concurso público para delegado da Polícia Civil. No recurso, o estado



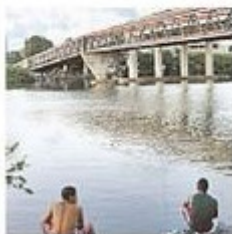
busca demonstrar que não há indício de fraude que ponha em risco a lisura da seleção.

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – Julgamento de PMs começa às 9h	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção: Curtas
Página: A5	Data: 20/05/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

AFOGAMENTOS

Júri de PMs começa hoje às 9h



RICARDO FERNANDES/IDV/OA PRESS

A escolha dos sete jurados será o primeiro passo do julgamento de cinco policiais acusados de obrigar um grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento. O júri começa hoje às 9h, no Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

Assunto: Júri Popular – 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção: Rápida
Página: 2	Data: 20/05/2015

jornal do commercio

PMs responsáveis por afogamentos vão a júri popular

Cinco policiais militares acusados de obrigar 17 adolescentes a pular no Rio Capibaribe em 2006, tendo dois deles morrido afogados são levados a júri popular hoje. A sessão tem início às 9h, na Primeira Vara do Tribunal do Júri do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife, sob comando do juiz Ernesto Bezerra. Os réus são o tenente Sebastião Antônio Félix e os ex-PMs Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisse Francisco da Silva (soldado) Irandi Antônio da Silva (soldado). As vítimas fatais foram Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, encontrados no dia 1º de março, boiando no rio, no bairro da Torre. O grupo de adolescentes denunciou ter sido abordado por duas viaturas, nas imediações do Cais de Santa Rita, onde iria brincar Carnaval. Os jovens teriam sido colocados nos veículos e levados para perto do fórum sendo agredidos e obrigados a entrar no rio. Os dois garotos que morreram não sabiam nadar. Três outros militares foram denunciados pelo Ministério Público e vão ser julgados posteriormente.

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – PM's que jogaram menores no rio vão a julgamento hoje	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 20/05/2015



> Crime no Carnaval
**PMs que jogaram
menores no rio vão
a julgamento hoje**

Cotidiano > Página 4

Assunto: 1ª Vara do Tribunal do Júri do Recife – PM's que jogaram menores no rio vão a julgamento hoje	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 4	Data: 20/05/2015



Policiais são acusados de jogar grupo de jovens no rio Capibaribe



VÍTIMAS viveram "escravas" do medo até hoje, enquanto os policiais militares aguardavam o julgamento em liberdade

Após 9 anos, PMs serão julgados

■ DOIS adolescentes que não sabiam nadar morreram afogados. Os sobreviventes ficaram com medo até hoje

DIEGO MENDES

A história de terror vivida por adolescentes no carnaval de 2006 começa a ter desfecho hoje. Nove anos depois de serem espancados por 13 policiais militares e verem dois amigos morrendo afogados, os sobreviventes acompanham, agora, o início do julgamento de cinco dos oito réus. O júri começa às 9h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no Recife. De um lado vão estar os acusados, e do outro os jovens que não esquecerem aquela madrugada de 28 de fevereiro e vivem a maior parte do tempo em casa, por medo. Os agressores responderão perante a Justiça pelos homicídios triplamente qualificados de Zinael José de Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, e pela tentativa de homicídio de outras 11 pessoas. Se condenados, cada um pode pegar pena de 100 anos, segundo o MPPE. Dos 13 militares que estavam na ocorrência, que ten-



Arthur Mota/Arquivo Folha

A ÉPOCA, o crime causou revolta em familiares e amigos

Folha resume

Um crime covarde que permanecia sem julgamento até hoje. Cinco dos oito policiais militares acusados de jogar adolescentes no rio Capibaribe vão a júri no Fórum de Joana Bezerra. Em 2006, segundo a acusação, os PMs foram responsáveis pela morte de dois jovens que não sabiam nadar.

tava deter suspeitos de arrastões no Recife Antigo, apenas oito foram denunciados. Desse, vão a júri, hoje, apenas cinco. São eles: Sebastião Antônio Felix, que ainda é tenente da PM, Irandir Antônio da Silva (afastado das atividades) e os excluídos da corporação Aldenes da Silva, José Marconi Evangelista e Ulisses da Silva. Os advogados dos outros três pediram para serem

julgados depois. "Eles tiveram menor participação no fato. Além disso, só temos 25 jurados à disposição, se fossem oito réus, poderíamos ter problema porque cada defensor pode rejeitar três pessoas do conselho de sentença. Dessa forma, a audiência poderia não acontecer por falta de júri", explicou o promotor de Justiça André Rabelo.

Para o MPPE, o julgamento

começa hoje de qualquer jeito. "Caso faltem, vou pedir a prisão, já que passaram todo o processo em liberdade", disse Rabelo. Por tudo que ainda passam, os sobreviventes estão descrentes em relação à condenação. "Só a nossa família e a gente sofremos nesse período. Enquanto isso, o Estado permite que todos fiquem soltos e alguns trabalhando, como se nada tivesse acontecido", lamentou um dos sobreviventes, hoje, com 24 anos.

As vítimas negam que estivessem fazendo arrastões. "Quando estava dentro da viatura, escutei pelo rádio a informação da central dizendo que os verdadeiros arrastões tinham sido pegos. Mandaram nos liberar. Mas os militares acharam melhor nos espancar e depois nos obrigar a atravessar o rio Capibaribe. Meu amigo disse que não sabia nadar", lembrou outro sobrevivente, hoje, com 26 anos.

Saiba mais

JURI - A previsão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) é que o júri dure até a próxima sexta-feira. Isso porque são vários réus e advogados diferentes para fazer as defesas.

"Meu amigo disse que não sabia nadar"

Passados nove anos das mortes e do espancamento, as marcas estão vivas na memória do eletricitista de 24 anos, mas que na época da tortura tinha apenas 15. Apesar da pouca idade, como quase todas as vítimas, o jovem foi pisado e chutado pelos PMs durante boa parte da madrugada, em um terreno baldio na Ilha Joana Bezerra, ao lado do fórum em que, hoje, ocorre o julgamento.

Algum dia você vai esquecer aquele 28 de fevereiro de 2006?

Nunca. Vou levar essa história para o resto da vida. Fomos colocados dentro de viaturas e ficamos rodando a cidade. Depois nos colocaram no chão. Eles nos chutaram, quebraram cassetetes nas nossas costas e obrigaram a gente a atravessar o rio.

Como foi a abordagem dos policiais?

Eles nem pediram documento. Mandaram entrar nos carros e depois nos bateram. Meu amigo disse que não sabia nadar. Mas eles apontaram a arma e obrigaram a gente a entrar na água. Vi meus amigos morrerem sem poder ajudá-los.

Alguém ajudou vocês naquele dia?

Uma senhora nos viu saindo do rio. Ela nos disse que aquela não tinha sido a primeira vez que os PMs faziam aquilo.

Segundo a mulher, outras pessoas já tinham passado pela tortura.

Algum dos jovens do grupo participou de arrastões?

Não. A gente tinha acabado de sair do metrô. Nem tínhamos passado pelo Recife Antigo. Estávamos no polo do Carnaval de Afogados, quando decidimos ir ao Recife.

O Estado deu alguma proteção a vocês durante esses nove anos?

Nenhuma. Até o acompanhamento psicológico que recebemos foi dado por uma ONG. Nunca tivemos proteção por parte de ninguém. Só o nosso advogado é que nos orientava a ficar em casa. Temos medo. Porque um dos sobreviventes foi executado um dia antes de prestar depoimento (a polícia concluiu que a morte não teve relação com o caso).

Assunto: Presidente do TJPE, desembargador Carlos Moraes e esposas	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 3	Data: 20/05/2015



Marina Mahmood



Marília e o marido, o presidente do TJPE, **Frederico Neves**, em recente casamento badalado no Mosteiro de São Bento

Marina Mahmood



O desembargador **Carlos Moraes** e a esposa, **Carla**, prestigiaram enlace que reuniu o mundo jurídico, em Olinda

Assunto: Começa o julgamento de PMs envolvidos na morte de dois adolescentes	
Veículo: folhape	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Começa o julgamento de PMs envolvidos na morte de dois adolescentes

Um dos cinco réus teve o julgamento adiado para o dia 14 de julho deste ano

Arthur Mota/Folha de Pernambuco



Tenente Sebastião Antônio Félix, um dos envolvidos na morte dos jovens, teve o julgamento adiado para julho

Começou, na manhã desta quarta-feira (20), o julgamento de quatro policiais - Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva - acusados da morte de Diogo Rosendo Ferreira e pela tentativa de homicídio de outros 11 em 28 de fevereiro de 2006. Levado a júri popular, o caso será julgado na 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

O advogado Emerson Leonidas, responsável pelo tenente Sebastião Antônio Félix que também seria julgado nesta quarta (20), pediu adiamento. Após a autorização do juiz, o julgamento foi marcado para o dia 14 de julho deste ano. O pedido de adiamento foi feito porque o advogado Luiz Carlos Alves deixou o caso e Emerson Leonidas foi constituído somente nesta quarta (20). Ele alegou não conhecer o processo, recebendo uma autorização do juiz. O Tenente Félix irá responder pela morte de Zinael José Souza da Silva.

Nesta quarta (20), os quatro réus respondem apenas pela morte de Diogo Rosendo Ferreira, na época com 15 anos, e também pelas tentativas de homicídios. O advogado deles, José de Siqueira, alega que os clientes dele cumpriram ordens do Tenente Félix de escoltar as vítimas. Ele alegou que nenhum deles espancou os meninos ou mandou os jovens entrarem na água.

As mães de Diogo e Zinael, mortos na ação da PM, esperam justiça com o julgamento. "Meu filho trabalhava, estudava e me ajudava em casa. Não era bandido. São nove anos de espera. É como se tivessem tirado uma parte de mim", disse Zineide Maria Souza, mãe de Zinael. "Lembro daquele dia com muita dor. Ele saiu bem de casa e foi morto. Espero justiça", falou Maria do Carmo Simplicio, mãe de Diogo.

Entenda o caso - Segundo o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), as vítimas e outros quatro jovens não identificados foram obrigados pelos envolvidos, na época, policiais militares, a irem para um ponto sob a Ponte Joaquim Cardozo, na Ilha Joana Bezerra, e de lá atravessarem o rio sob a ameaça de revólver.

Como não sabiam nadar, Zinael José Souza da Silva, de 17 anos, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, morreram afogados. Seus corpos foram encontrados no dia seguinte, nas imediações da ponte da Torre. As outras vítimas sobreviveram. O promotor de Justiça André Rabelo vai sustentar a tese da prática de dois homicídios triplamente qualificados - crime consumado por motivo fútil, requintes de crueldade e sem chance de defesa às vítimas - e de 11 tentativas de homicídio.

Os acusados são Sebastião Antônio Félix, Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. Segundo o primeiro, que afirmou ter retornado para a Polícia Militar (PM), Aldenes, José Evangelista e Ulisses foram excluídos da corporação. Já Irandi está afastado. A assessoria de comunicação da PM não confirmou essas informações.

Conforme o MPPE, depoimentos de vítimas e testemunhas, o mapeamento das viaturas policiais por GPS e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos pelas vítimas e testemunhas foram decisivos para a conclusão do processo e para que o caso fosse a júri popular. A sessão ocorrerá a partir das 9h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Assunto: Envolvidos na morte de dois adolescentes em ação da PM serão julgados nesta quarta	
Veículo: folhape	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Envolvidos na morte de dois adolescentes em ação da PM serão julgados nesta quarta

Acusação diz que policiais obrigaram vítimas a atravessarem rio. Jovens se afogaram

Cinco homens serão julgados, nesta quarta-feira (20), pela morte de dois adolescentes e pela tentativa de homicídio de outros 11 em 28 de fevereiro de 2006. Segundo o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), as vítimas e outros quatro jovens não identificados foram obrigados pelos envolvidos, integrantes da Polícia Militar (PM), a irem para um ponto sob a Ponte Joaquim Cardozo, na Ilha Joana Bezerra, e de lá atravessarem o rio a nado sob a ameaça de revólver.

Como não sabiam nadar, Zinael José Souza da Silva, de 17 anos, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, morreram afogados. Seus corpos foram encontrados no dia seguinte, nas imediações da ponte da Torre. As outras vítimas sobreviveram. O promotor de Justiça André Rabelo vai sustentar a tese da prática de dois homicídios triplamente qualificados – crime consumado por motivo fútil, requintes de crueldade e sem chance de defesa às vítimas – e 11 tentativas de homicídio.

Os acusados são Sebastião Antônio Félix, Aldenes Carneiro da Silva, José Marcondi Evangelista, Ulisses Francisco da Silva e Irandi Antônio da Silva. Segundo o MPPE, depoimentos de vítimas e testemunhas, o mapeamento das viaturas policiais por GPS e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos pelas vítimas e testemunhas foram decisivos para a conclusão do processo e para a decisão para que o caso fosse a júri popular.

O julgamento ocorrerá a partir das 9h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra.

Assunto: Ação promove atendimento jurídico gratuito para transexuais nesta quarta-feira	
Veículo: folhape	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Ação promove atendimento jurídico gratuito para transexuais nesta quarta-feira

Mudança de nome e cirurgia para troca de sexo serão alguns serviços prestados



Transexuais poderão receber atendimento jurídico gratuito, nesta quarta-feira (20), na Faculdade Boa Viagem. A ação, das 13h às 17h, faz parte da programação do mês de combate à homofobia e acontece no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da instituição, no bairro da Imbiribeira.

No local, o público terá orientação sobre mudança de nome e cirurgia para troca de sexo, atendimento jurídico para questões trabalhistas, direito do consumidor e de família, entre outros serviços do NPJ. Uma psicóloga também estará de plantão durante o mutirão para atendimento psicológico gratuito.

Habilitado para funcionar como um Posto de Atendimento da Polícia Federal, assim como uma Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Núcleo de Práticas Jurídicas da FBV tem autonomia para realizar conciliações em casos de litígio e ajuizar as próprias ações, agilizando o andamento dos processos.

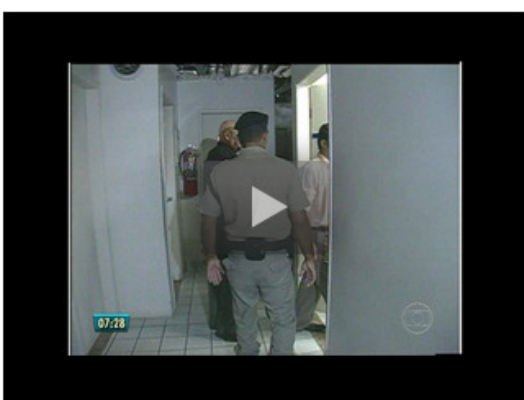
O NPJ da Faculdade Boa Viagem funciona na Rua Arquiteto Luiz Nunes, nº 1274, na Imbiribeira. Informações pelo telefone (81) 3037.0704.

Assunto: No Recife, PMs suspeitos de matar adolescentes vão a júri nesta quarta	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

No Recife, PMs suspeitos de matar adolescentes vão a júri nesta quarta

Crime aconteceu em fevereiro de 2006, no Recife. Júri popular acontece nesta quarta (20), no TJPE.



Cinco policiais militares serão julgados nesta quarta-feira (20), sob a acusação de assassinar dois adolescentes, em 2006. O caso será julgado em júri popular, na 1ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a partir das 9h. Não há previsão de quando o julgamento deve ser encerrado.

Em 28 de fevereiro de 2006, os PMs teriam obrigado 17 adolescentes a atravessarem a nado o Rio Capibaribe, ameaçados com revólver, a partir da Ponte Joaquim Cardoso, em Joana Bezerra, área central do Recife. Por não saberem nadar, dois adolescentes, de 15 e 17 anos, morreram afogados. Dos 17 adolescentes, onze sobreviveram e outros quatro não foram identificados.

O promotor de justiça André Rabelo atuará na acusação dos réus, por dois homicídios triplamente qualificados -- crime por motivo fútil, com crueldade e sem chance de defesa às vítimas -- e onze tentativas de homicídio. Para concluir o processo, foram utilizados depoimentos de vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas por GPS e reconhecimento dos suspeitos pelas vítimas.

Assunto: Júri popular - Tenente que comandou a operação será julgado em separado	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Tenente que comandou a operação será julgado em separado

Advogados do réu renunciaram ao caso e o novo advogado alegou falta de condições de fazer a defesa por desconhecimento do processo



Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press.

O tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix não será julgado nesta quarta-feira, junto aos outros quatro policiais militares acusados de obrigar um grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento. Os advogados do réu, Luis Carlos Alves da Silva e Fábio Almeida Vasconcelos, renunciaram ao caso e o novo advogado, constituído hoje, Émerson Leônidas, alegou falta de condições de fazer a defesa por desconhecimento do processo. Como o Ministério Público não se mostrou contrário, o julgamento dele foi remarcado para o dia 14 de julho.

O oficial, que não foi excluído da corporação e compareceu fardado ao Forum Rodolfo Aureliano, falou à imprensa. Segundo ele, os adolescentes estariam realizando arrastões e agredindo pessoas. O tenente acrescentou que os PMs tiraram os suspeitos do Recife Antigo, mas como não poderiam deixá-los em Afogados, que seria fora da jurisdição do 16º Batalhão, os teriam deixado em Joana Bezerra. Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. "Estava comandando mais de cem policiais. Não posso me responsabilizar pelas atitudes de outras pessoas", disse, permanecendo no local para acompanhar o julgamento. No entanto, o promotor do caso,

André Rabelo, afirmou que o tenente comandou operação até a Ponte Joaquim Cardoso, onde os adolescentes foram mortos e espancados.



Antes do início do julgamento, promotor André Rabelo, falou sobre o caso. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

O júri popular teve início às 10h, para julgar os réus Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandí Antônio da Silva (soldado). Os sete jurados já foram escolhidos: são duas mulheres e cinco homens.

Para o promotor André Rabelo, as provas são consistentes: "Os corpos dos dois que morreram, os corpos das vítimas sobreviventes provam as agressões, os depoimentos dos próprios acusados, quando uns atribuem os crimes aos outros, os depoimentos das próprias vítimas, tudo são provas consistentes. São os depoimentos de todas as testemunhas: de quem participou, de quem foi vítima, de quem presenciou. Não há uma previsão legal, mas é claro que todos os cinco praticaram o mesmo ato, cada um teve uma atitude diferente e vão responder na medida da sua culpabilidade", explicou.



O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. "Eles enquanto policiais não poderiam ter feito o que fizeram. Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia", acrescentou. As mães de Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, chegaram ao fórum vestindo camisas com as fotos dos filhos. Temendo represálias, elas pedem para não terem os rostos fotografados. Os familiares estão confiantes na condenação.



As mães das vítimas chegaram ao fórum vestindo camisas com as fotos dos filhos. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

Assunto: Júri popular - Provas contra os PMs réus são conscientes, diz promotor	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Provas contra os PMs réus são conscientes, diz promotor



Antes do início do julgamento, promotor André Rabelo, falou sobre o caso. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

Antes do início do júri popular dos cinco policiais militares acusados de envolvimento na morte de dois adolescentes e na agressão a outros dois jovens, o promotor André Rabelo, falou sobre o caso. "Os corpos dos dois que morreram, os corpos das vítimas sobreviventes provam as agressões, os depoimentos dos próprios acusados, quando uns atribuem os crimes aos outros, os depoimentos das próprias vítimas, tudo são provas conscientes. São os depoimentos de todas as testemunhas: de quem participou, de quem foi vítima, de quem presenciou", disse, ao chegar ao Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

Nove anos após as mortes de dois adolescentes, afogados após serem obrigados a entrar no Rio Capibaribe, cinco dos oito policiais militares acusados pelo crime irão a júri popular. Serão julgados os réus Sebastião Antônio Félix (tenente), Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado). Todos já chegaram ao fórum. "Não há uma previsão legal, mas é claro que todos os cinco praticaram o mesmo ato, cada um teve uma atitude diferente e vão responder na medida da sua culpabilidade", explicou. A escolha dos sete jurados será o primeiro passo do julgamento.



As mães das vítimas chegaram ao fórum vestindo camisetas com as fotos dos filhos. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

As mães de Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, chegaram ao fórum vestindo camisetas com as fotos dos filhos. Temendo represálias, elas pedem para não terem os rostos fotografados. Os familiares estão confiantes na condenação. O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. "Eles enquanto policiais não poderiam ter feito o que fizeram. Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia", disse.



O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. Foto: Wagner Oliveira/ DP/ DA Press

Como aconteceu - Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra da Emergência Policial 190 do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita quando seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Ouvidos pela reportagem na época do crime, os adolescentes contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram que sofreram espancamentos de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré.

Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife. “Nossos filhos não eram ladrões. Só porque estavam com os cabelos pintados de loiro os policiais pensaram que eles estavam roubando”, afirmou a mãe de dois jovens que foram agredidos.

Em depoimentos à polícia e à Corregedoria Geral, os militares contaram que pegaram os garotos e depois os abandonaram, mas negam que tenham participado agressões. No entanto, segundo o delegado responsável pelas investigações não restam dúvidas das participações de cinco deles no crime.

“Com menos de 30 dias já tínhamos a identificação de todas as vítimas, sendo duas fatais, e ainda das viaturas que participaram das duas ações bem como os nomes dos envolvidos. Cinco deles foram indiciados, que são esses que estão indo a júri, os outros três foram denunciados pelo Ministério Público e serão julgados depois”, ressaltou o delegado Paulo Jeann Barros.

Depoimentos das vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas através do sistema GPS, recibo de devolução de dois cassetetes quebrados e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos realizados pelas vítimas e testemunhas foram alguns dos indícios e provas materiais apresentados pela polícia.

Assunto: Júri popular - Sobreviventes negam que adolescentes estivessem praticando crimes e confirma espancamento e ordem da PM para entrar no rio	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Sobreviventes negam que adolescentes estivessem praticando crimes e confirma espancamento e ordem da PM para entrar no rio



Meninos foram agredidos com cassetetes pelos Policiais Militares. Foto: Júlio Jacobina/DP/D.A Press

Um dos adolescentes que sobreviveram a ação policial que culminou na morte de duas pessoas em março de 2006 foi o primeiro a depor no julgamento iniciado nesta quarta-feira, no Fórum Rodolfo Aureliano. Obernan Santana, na época com 16 anos de idade, disse que foi colocado na mala de uma caminhonete Blazer junto com outros sete adolescentes, que foram espancados. Acrescentou que todos os PMs estavam armados e obrigaram o grupo a entrar no Rio Capibaribe, em baixo da Ponte Joaquim Cardoso e nadar até o outro lado da margem.

A vítima disse ainda que viu quando um deles, Diogo Rosendo Ferreira, de 15 anos, estava se afogando, acrescentando que tentou salvá-lo sem sucesso. Oberdan falou ainda que o grupo não estaria fazendo arrastões e que nenhum deles seria envolvido em crimes.

Segundo a depor, outro adolescentes, identificado como Douglas, acrescentou que quando o grupo ainda estava na viatura ouviu o rádio informar que outros policiais já haviam identificado e apreendido os jovens que estariam realizando os arrastões e que eles deveriam ser liberados. No entanto, segundo ele, apesar disto, os adolescentes foram espancados e obrigados a nadar no rio. Douglas disse ainda que só após todos começarem a nadar, os PMs deixaram o local e que eles foram ajudados, já do outro lado da margem, por uma senhora que morava nas proximidades.

Nove anos após o crime, estão sendo julgados os réus Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado). O tenente da Polícia Militar Sebastião Antônio Félix não será julgado nesta quarta-feira, junto aos outros quatro policiais militares acusados de obrigar um grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento. Os advogados do réu, Luis Carlos Alves da Silva e Fábio Almeida Vasconcelos, renunciaram ao caso e o novo advogado, constituído hoje, Emerson Leônidas, alegou falta de condições de fazer a defesa por desconhecimento do processo. Como o Ministério Público não se mostrou contrário, o julgamento dele foi remarcado para o dia 14 de julho.

O oficial, que não foi excluído da corporação e compareceu fardado, falou à imprensa. Segundo ele, os adolescentes estariam realizando arrastões e agredindo pessoas. O tenente acrescentou que os PMs tiraram os suspeitos do Recife Antigo, mas como não poderiam deixá-los em Afogados, que seria fora da jurisdição do 16º Batalhão, os teriam deixado em Joana Bezerra. Felix negou ter mandado espancar os adolescentes ou mandá-los entrar no rio. "Estava comandando mais de cem policiais. Não posso me responsabilizar pelas atitudes de outras pessoas", disse, permanecendo no local para acompanhar o julgamento. No entanto, o promotor do caso, André Rabelo, afirmou que o tenente comandou operação até a Ponte Joaquim Cardoso, onde os adolescentes foram mortos e espancados.

Para o promotor André Rabelo, as provas são consistentes: "Os corpos dos dois que morreram, os corpos das vítimas sobreviventes provam as agressões, os depoimentos dos próprios acusados, quando uns atribuem os crimes aos outros, os depoimentos das próprias vítimas, tudo são provas conscientes. São os depoimentos de todas as testemunhas: de quem participou, de quem foi vítima, de quem presenciou. Não há uma previsão legal, mas é claro que todos os cinco praticaram o mesmo ato, cada um teve uma atitude diferente e vão responder na medida da sua culpabilidade", explicou.

O pai de Nizeal, Israel Ferreira da Silva, sargento reformado da PM, também acompanha o julgamento. "Eles enquanto policiais não poderiam ter feito o que fizeram. Se os meninos estivessem fazendo algo errado, o certo seria levá-los para a delegacia", acrescentou. As mães de Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, chegaram ao fórum vestindo camisas com as fotos dos filhos. Temendo represálias, elas pedem para não terem os rostos fotografados. Os familiares estão confiantes na condenação.

Assunto: TJPE promove mutirão de conciliação na Faculdade Estácio do Recife	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



TJPE promove mutirão de conciliação na Faculdade Estácio do Recife

Segundo o TJPE, foram selecionados, inicialmente, 450 processos, sendo 350 das empresas Casas Bahia, Insinuante e Ricardo Eletro, e 100 da Samsung

Boa oportunidade para consumidores que possuem demandas com algumas redes varejistas. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) iniciou, desde ontem, um mutirão para sanar processos envolvendo as empresas Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro e Samsung como partes demandadas. O mutirão, que se estende até amanhã, acontece na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, na Faculdade Estácio do Recife, localizada na Avenida Abdias de Carvalho. As mediações acontecem no horário das 8h às 17h.

Segundo o TJPE, foram selecionados, inicialmente, 450 processos, sendo 350 das empresas Casas Bahia, Insinuante e Ricardo Eletro, e 100 da Samsung. O objetivo do mutirão é reduzir o acervo de processos no Poder Judiciário estadual, garantindo celeridade na prestação jurisdicional.

O mutirão é promovido pela Coordenadoria do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos do TJPE e contará com a presença de cinco mediadores. Cerca de 60 estudantes do curso de Direito da faculdade também serão beneficiados, uma vez que poderão aprimorar o aprendizado na resolução de conflitos por meio do sistema conciliatório.

Assunto: Sete jurados vão decidir destino de cinco policiais acusados de matar adolescentes	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Sete jurados vão decidir destino de cinco policiais acusados de matar adolescentes

PMs teriam obrigado grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento

A escolha dos sete jurados será o primeiro passo do julgamento de cinco policiais acusados de obrigar um grupo de adolescentes a pular no rio, no carnaval de 2006, matando dois deles por afogamento. O júri começa nesta quarta-feira, às 9h, no Forum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra.

Nove anos após as mortes de dois adolescentes, afogados após serem obrigados a entrar no Rio Capibaribe, cinco dos oito policiais militares acusados pelo crime irão a júri popular. Serão julgados os réus Sebastião Antônio Félix (tenente), Aldenes Carneiro da Silva (sargento), José Marcondi Evangelista (soldado), Ulisses Francisco da Silva (soldado) e Irandi Antônio da Silva (soldado).

Os corpos dos adolescentes Zinael José Souza da Silva, 17, e Diogo Rosendo Ferreira, 15, foram encontrados no dia 1º de março de 2006, boiando no rio, no bairro da Torre. O caso publicado com exclusividade pelo Diário na época resultou no afastamento de 13 policiais militares para investigação.

Os familiares das vítimas estão confiantes na condenação. “Estaremos todos no fórum. Tomara que agora a justiça seja feita, pois já se passaram muitos anos e os culpados não foram punidos”, desabafou a irmã de Diogo, a dona de casa Patrícia Rosendo Ferreira. Todos os acusados estão respondendo aos crimes em liberdade. Com exceção do tenente Sebastião Félix, todos foram expulsos da PM. O caso do oficial está sendo analisado pelo Conselho de Justificação do Tribunal de Justiça da Pernambuco.

Como aconteceu - Um grupo de 17 adolescentes foi abordado por duas viaturas, sendo uma do Batalhão de Radiopatrulha e outra da Emergência Policial 190 do 16º BPM, nas imediações do Cais de Santa Rita quando seguiam para o Marco Zero, onde iriam brincar carnaval. Ouvidos pela reportagem na época do crime, os adolescentes contaram que foram colocados dentro das viaturas, circularam por várias ruas da cidade e depois foram levados para as imediações do Fórum do Recife, em Joana Bezerra. Lá, os adolescentes disseram que sofreram espancamentos de cassetetes, foram agredidos com tapas e depois obrigados a entrar na maré.

Como não sabiam nadar, Diogo e Zinael morreram afogados. Os outros garotos conseguiram sobreviver. Familiares das vítimas afirmaram que os meninos foram confundidos com um grupo que estava realizando furtos no Bairro do Recife. “Nossos filhos não eram ladrões. Só porque estavam com os cabelos pintados de loiro os

policiais pensaram que eles estavam roubando”, afirmou a mãe de dois jovens que foram agredidos.

Em depoimentos à polícia e à Corregedoria Geral, os militares contaram que pegaram os garotos e depois os abandonaram, mas negam que tenham participado agressões. No entanto, segundo o delegado responsável pelas investigações não restam dúvidas das participações de cinco deles no crime.

“Com menos de 30 dias já tínhamos a identificação de todas as vítimas, sendo duas fatais, e ainda das viaturas que participaram das duas ações bem como os nomes dos envolvidos. Cinco deles foram indiciados, que são esses que estão indo a júri, os outros três foram denunciados pelo Ministério Público e serão julgados depois”, ressaltou o delegado Paulo Jeann Barros.

Depoimentos das vítimas e testemunhas, mapeamento das viaturas através do sistema GPS, recibo de devolução de dois cassetetes quebrados e o reconhecimento fotográfico dos suspeitos realizados pelas vítimas e testemunhas foram alguns dos indícios e provas materiais apresentados pela polícia.

Assunto: Acusado de atirar em Lucas Lyra recorre e audiência no Júri segue sem previsão para acontecer	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Acusado de atirar em Lucas Lyra recorre e audiência no Júri segue sem previsão para acontecer

Família da vítima não compreende a demora da Justiça em julgar agressor



No momento, Lucas consegue ficar em pé com auxílio. Além disso, recuperou os movimentos dos braços

O dia 16 de fevereiro de 2013 mudou, de forma definitiva, a vida de Cristina Lyra e sua família. Na noite daquele sábado, seu filho, Lucas Lyra, fora baleado na cabeça em frente ao estádio dos Aflitos. Desde então, o jovem tem lutado pela vida, superando, a cada dia, os prognósticos mais negativos. Enquanto a recuperação de Lucas é motivo de muita alegria para familiares e amigos, a demora da Justiça é razão para enorme indignação. Passados mais de dois anos e três meses da tentativa de assassinato, ainda não foi marcada a audiência do Tribunal do Júri que vai julgar o acusado, José Carlos Feitosa Barreto. Para piorar a sensação de impunidade, não há sequer previsão de quando isso vá acontecer.

O andamento do processo nº 0010814-69.2013.8.17.0001 é o perfeito exemplo da morosidade da Justiça brasileira. A tramitação do caso tem se arrastado ao longo dos últimos anos. Ao longo desse período, com exceção dos 10 dias de prisão temporária, o acusado tem gozado do direito de responder ao processo em liberdade. Somente em abril de 2015 - ou seja, mais de dois anos e dois meses depois do fato criminoso - é que

houve a sentença de pronúncia: quando o juiz entende que existe prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria para determinar a apreciação do caso pelo Júri Popular.

Entretanto, como a defesa de José Carlos Feitosa apelou da sentença de pronúncia, apresentando recurso em sentido estrito, o caso vai agora para o Tribunal de Justiça. Isso significa ainda mais tempo de demora, sem que haja a definição da data de audiência para que Júri decida se José Carlos é culpado ou inocente da acusação de tentativa de assassinato de Lucas Lyra. No entendimento do promotor André Rabelo, responsável pela acusação, a medida da defesa é somente para ganhar tempo. “Isso é para protelar”, disse ele, que não acredita que o acusado vá escapar do Júri. “O Tribunal de Justiça certamente vai manter a pronúncia. A coisa mais rara do mundo é um Tribunal reverter uma decisão de pronúncia.”

A lentidão no processo de Lucas Lyra - que corre na Primeira Vara do Tribunal do Júri - contrasta, por exemplo, com a maior celeridade que tem sido dada ao caso do homicídio de Paulo Ricardo Gomes da Silva, vítima de uma privada atirada do estádio do Arruda, cujo processo, da Segunda Vara, já tem data de audiência do Júri marcada. Mesmo tendo ocorrido um ano e três meses depois do caso de Lucas, os três acusados de terem atirado a privada vão a Júri no dia 16 de junho. Essa discrepância gera insatisfação na família de Lucas, que se sente desamparada pela Justiça.

“Eu como mãe, e cidadã, fiquei muito feliz em saber que os meliantes vão a Júri próximo mês, com relação ao torcedor do Sport. Sempre que a Justiça é feita, a gente se alegra”, afirmou Cristina Lyra. “Eu fui ler a respeito e vi que tem muitos pontos parecidos com o caso de Lucas. O José Carlos só passou 10 dias presos, mas os da privada também livraram o flagrante e estão presos”, comparou. “Em 2013, uma promotora havia dito que em seis meses o José Carlos iria a Júri Popular. Por que a demora?”, questiona.

Para Cristina Lyra, a sensação é de inversão de valores. Seu filho está em uma cama de hospital, em batalha cotidiana por sua recuperação, enquanto o acusado sequer tem previsão para ser julgado. “Hoje é a vítima penalizada. Lucas está preso ao leito do hospital há mais de dois anos e três meses, enquanto o agressor está solto, gozando de todos os direitos que a lei oferece”, queixa-se. “O dano que esse indivíduo causou à minha família é muito grande”, lamenta.

“Todo mundo está indignado com esta morosidade”, diz ela, referindo-se ao sentimento de sua família e amigos. “Que Justiça é essa? Eu preciso acreditar na Justiça brasileira. Creio que a Justiça tem que dar uma resposta a toda a sociedade”, clama Cristina.

A recuperação de Lucas

Quando Cristina Lyra recebeu a informação de que seu filho havia sido baleado, o prognóstico não era animador. Os médicos previam que Luca Lyra sobreviveria apenas 24 horas e as chances de recuperação eram apenas de 1%. Dois anos e três meses depois, o jovem alvirrubro tem, gradativamente, apresentado melhoras. Apesar de todas as dificuldades de um caso tão sensível, sua família celebra o fato de ele estar vivo, consciente e no convívio com todos.

No momento, Lucas não anda, mas consegue ficar em pé com auxílio para que o sustente. Além disso, recuperou os movimentos dos braços - “muito discretos”, como define a mãe. Ele, entretanto, perdeu a visão periférica e sofre de diplopia (visão “dupla”). De acordo com Cristina, seu filho sofre com dores cotidianas. “Fortes dores no umbigo, devido a uma cirurgia de hernia umbilical que ele teve de fazer, e também dores na cabeça, por conta de uma lesão em um nervo”, descreve. Segundo ela, os médicos têm investigado para se descobrir a origem das dores.

Assunto: Mutirão oferece orientação jurídica gratuita para transexuais	
Veículo: NE10	Data: 20/05/2015
Editoria:	Seção:



Mutirão oferece orientação jurídica gratuita para transexuais



Transexuais interessados no processo de mudança de nome e outros assuntos terão orientação jurídica gratuita oferecida pelo Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Boa Viagem (FBV). Os atendimentos acontecem nesta quarta-feira (20).

Interessados devem comparecer entre as 13h e 17h à sede do NPJ da FBV, localizado na Rua Arquiteto Luiz Nunes, nº 1274, na Imbiribeira, Sul do Recife.

Orientação sobre mudança de nome e cirurgia para troca de sexo, atendimento jurídico para questões trabalhistas, direito do consumidor e de família estarão entre os serviços prestados pelo NPJ. Uma psicóloga também estará de plantão durante o mutirão para atendimento psicológico gratuito.

Habilitado para funcionar como um Posto de Atendimento da Polícia Federal, assim como uma Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Núcleo de Práticas Jurídicas da FBV tem autonomia para realizar conciliações em casos de litígio e ajuizar as próprias ações, agilizando o andamento dos processos. Mais informações podem ser adquiridas através do telefone (81) 3037-0704.